

## **Pela preservação dos bairros-jardins**

A revisão do Plano Diretor de Porto Alegre (PDDUA) reacendeu um debate crucial: a preservação de bairros-jardim, como Chácara das Pedras e Três Figueiras, contra a intenção de flexibilizar parâmetros urbanísticos e promover o adensamento. A ameaça transcende a estética, sendo uma luta para resguardar um patrimônio imaterial e a qualidade de vida que definiram essas comunidades por décadas.

Essa resistência não é nova. Ela remonta a um pleito formalizado em 2005, que buscava proteção legal para as características urbanísticas e culturais de bairros como Chácara das Pedras.

Esses bairros foram, em sua maioria, planejados no final dos anos 40, baseados no conceito de "Bairro-Jardim" (*Garden City*). Essa filosofia buscava unir os benefícios da vida na cidade com a natureza e a qualidade de vida do campo. Sua essência se consolidou em características como a baixa densidade demográfica e a predominância de casas unifamiliares. A infraestrutura urbana (redes de água, esgoto e vias) foi dimensionada para essa premissa. A forma urbana, com seus recuos e intensa arborização, se tornou o substrato de um modo de viver.

Embora a legislação municipal inicial tenha implementado boas normas de coerência, as políticas de planejamento têm "afrouxado" paulatinamente os controles urbanísticos. As propostas atuais de revisão do Plano Diretor, contudo, indicam uma tendência ainda maior de desregulamentação e flexibilização.

As alterações propostas são drásticas, visando dobrar a densidade e eliminar recuos. Em um cenário de verticalização forçada, essa desregulamentação compromete a qualidade de vida e causa a degradação das características residenciais desses locais.

O adensamento descontrolado levanta sérias preocupações ambientais e de infraestrutura. Moradores e especialistas alertam que adensar bairros não planejados para isso levará à saturação da mobilidade e infraestrutura (como redes de esgoto e energia), gerando custos de renovação que a cidade inteira terá que arcar.

Diante disso, a mobilização popular busca a manutenção do caráter residencial e unifamiliar no interior desses bairros. O pleito é um ato de justiça urbana para resguardar o direito dos cidadãos de preservar o ambiente que escolheram.

É fundamental que o debate respeite o histórico de ocupação e a identidade consolidada desses bairros-jardim, evitando consequências nefastas de longo prazo. A cidade merece um debate sólido e equilibrado.